

Governo retoma processo de privatização da Corsan

MARCELO GONZATTO

marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

O novo modelo adotado pelo governo estadual para privatizar a Corsan deve facilitar o processo de venda e aumentar o interesse de investidores ao afastar o setor público da empresa, na avaliação de especialistas consultados por GZH. Ainda assim, o pouco tempo disponível para concretizar os planos até dezembro permanece como obstáculo a ser superado.

O Piratini revela que pelo menos 15 possíveis investidores já buscaram contato, mas é preciso realizar uma audiência pública e receber aval do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para publicar o edital até 31 de dezembro. Caso isso não ocorra, conforme o secretário-executivo de Parcerias do Estado, Marcelo Spilki, será preciso submeter novamente os planos da companhia à aprovação na Assembleia. Sindicatos e associações de trabalhadores são contrários à desestatização.

Na terça-feira, a empresa comunicou a abertura de uma sala de informações que, na prática, significa a disponibilização de documentos e dados a interessados em adquirir a Corsan. Ao mesmo tempo, foi enviada nova documentação para manifestação do TCE, que havia suspenso o processo anterior.

O formato abandonado previa a venda pulverizada das ações, com a manutenção do Estado na composição acionária, em um valor estimado pouco acima de R\$ 3,4 bilhões. Em vez disso, o governo optou pela venda integral, sem participação estatal na futura administração. Uma nova avaliação sobre o valor ainda está sob sigilo.

O economista Ricardo Hingel aponta vantagens legais e de mercado na mudança de rumo. Na avaliação do especialista, há três pontos principais favoráveis na proposta atual em comparação à tentativa prévia. Um deles é o aumento da atratividade de investidores pelo simples fato de o Estado não estar mais presente na composição acionária – o mercado costuma temer interferências políticas nesses casos.

– A venda de 100% da empresa afasta a interferência estatal, o que valoriza a empresa e permite que o vendedor peça um prêmio

de controle, o que pode aumentar entre 20% e 30% o valor da venda – observa o economista.

Segundo benefício apontado por Hingel, o prêmio de controle é um acréscimo no preço da empresa pela entrega do comando da gestão decorrente da venda integral das ações. O terceiro ponto que pode favorecer a nova tentativa de privatização é que, ao descartar o formato de controle disperso, com inúmeros acionistas minoritários, o processo não depende mais da regulação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e se torna menos complexo.

Por ter como responsabilidade a proteção de acionistas de menor porte, a CVM supervisionava o processo anterior de venda. A negociação integral, ao permitir que os interessados tenham acesso a todas as informações necessárias da empresa, transfere essa responsabilidade para o próprio comprador.

Hingel afirma que há outras questões que podem interferir na atratividade da companhia, como dúvidas sobre a regularidade dos

aditivos contratuais assinados por municípios com a Corsan, ainda não homologados pela agência reguladora.

– Pela nossa análise jurídica, os contratos são válidos e não necessitam de ratificação. Quem não aditivou é que tem obrigação de informar como vai atingir suas metas – afirma Spilki, referindo-

-se aos parâmetros de 99% de abastecimento de água e de 90% de serviço de esgoto até 2033 em todo o país.

O advogado Gustavo Kaercher, autor de um parecer sobre a privatização, concorda que a saída do Estado é bem-vista pelo setor privado. Mas lembra que o período eleitoral pode interferir nos planos.

– No ano passado, não tínhamos esse fator. No caso de haver mudança de governo, pode haver parada (*na privatização*), o que poderia levar investidores a ficar indecisos – opina Kaercher.

Spilki sustenta que o governo conta com manifestação do TCE em até 90 dias. Durante esse período, deve ser realizada audiência pública, em data a ser marcada.

Com o aval do tribunal, poderia ser publicado o edital. O leilão teria de respeitar um período mínimo de 15 dias para ocorrer.

– Se o TCE usar o prazo de 90 dias, prevemos lançar o edital entre o final de novembro e o começo de dezembro, e fazer o leilão antes do Natal – afirma Spilki.

Críticas

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto (Sindiágua) é contrário à privatização e pretende criticar a medida em marcha programada para o dia 22 de setembro.

O sindicato considera que a companhia tem condições de atingir as metas de saneamento e que a privatização vai elevar o custo da tarifa para a população. Também avalia que os contratos atuais com os municípios não estão regulares e teriam de ser ratificados pelas prefeituras.

– Esse processo é um balão de ensaio do governo. Os municípios não querem a privatização do serviço de água – afirma o presidente do Sindiágua, Arilson Wünsch.



O histórico

2021

• **17/3:** o governo federal sanciona o novo marco de saneamento. Ele passa a estabelecer metas mais ambiciosas de atendimento à população, prevendo 90% de cobertura de esgoto e 99% de água até 2033

• **18/3:** o Piratini anuncia a intenção de vender o controle acionário da Corsan. Essa é uma forma de atrair capital privado e conseguir atender as novas metas de cobertura de serviço. O modelo prevê que o Estado mantenha 30% das ações

• **31/8:** a Assembleia aprova o projeto de lei que autoriza a privatização da Corsan, abrindo caminho para a oferta de ações no mercado

• **16/12:** termina o prazo para que os prefeitos assinem aditivos aos contratos com a Corsan, com benefícios especiais, para adequar os contratos às novas metas de cobertura dos serviços de água e esgoto. Pouco mais de 70 cidades das 317 atendidas aderem

2022

• **31/3:** vence o prazo estabelecido em lei federal para que os contratos vigentes sejam aditados para inclusão das novas metas de universalização

• **7/7:** Tribunal de Contas do Estado determina a suspensão da venda das ações da Corsan pedindo correções na modelagem econômico-financeira do projeto

• **13/7:** Piratini anuncia mudança no plano de privatização, que

passa a prever a oferta integral da companhia a um investidor privado. O governo informa que pretende concluir o processo até o final do ano

• **30/8:** por meio de comunicado, é aberta a possibilidade de interessados buscarem dados, documentos e informações sobre a Corsan, ao mesmo tempo em que a documentação sobre a nova tentativa de privatização, sob outro formato, é enviada para avaliação do TCE. O tribunal deverá se manifestar em 90 dias



Em 13 de julho, governo anunciou a decisão de alterar a privatização



BIANCA DIH, ED. 13/07/2022

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 16